

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

UMA CONTRIBUIÇÃO NA EFETIVAÇÃO DO TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE?

Suzérica Helena de Moura Mafra¹

Resumo: O artigo versa sobre a Educação Profissional no Brasil, problematizando-a no contexto do debate sobre a promoção do Trabalho Decente. Traz em seu escopo uma breve discussão acerca da atual crise do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho. Em seguida discorre acerca do conceito de Trabalho Decente proposto pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, sucedendo o debate com um conciso resgate histórico acerca da Educação Profissional no Brasil, ressaltando-a como uma alternativa ao Trabalho Decente no país, apontando contribuições ao debate. O presente ensaio teórico é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados revelam que o atual cenário da Educação Profissional no Brasil apresenta contribuições para a promoção do Trabalho Decente, sobretudo para a juventude, em virtude de sua expansão e dos projetos de formação atualmente em curso. O fato de ser uma formação para o trabalho majoritariamente voltada para a juventude é um aspecto relevante nas proposições da Organização Internacional do Trabalho na luta pelo Trabalho Decente.

Palavras-chave: Crise do capital. Trabalho Decente. Educação Profissional.

EDUCACIÓN PROFESIONAL EN BRASIL

UNA CONTRIBUCIÓN A LA REALIZACIÓN DE UN TRABAJO DECENTE PARA LOS JÓVENES?

Resumen: El artículo habla sobre la Educación Profesional en Brasil, problematizada en el contexto del debate sobre la promoción del

¹ Aluna do bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Pesquisadora nas áreas de Políticas Sociais, Educação, Pobreza, Terceiro Setor e Pós-Modernidade.

Trabajo Decente. Trae en su alcance una breve discusión acerca de la actual crisis del capital y sus rebatimientos en el mundo del trabajo. Enseguida discurre acerca del concepto de Trabajo Decente propuesto por la Organización Internacional del Trabajo – OIT, sucediendo el debate con un conciso rescate histórico acerca de la Educación Profesional en Brasil, resaltándola como una alternativa al Trabajo Decente en el país, señalando contribuciones en el debate. El presente artículo teórico es resultado de una investigación bibliográfica y documental. Los resultados muestran que el actual escenario de la Educación Profesional en Brasil presenta contribuciones para la promoción del Trabajo Decente, sobre todo para la juventud, en virtud de su expansión y de los proyectos de formación actualmente en curso. El hecho de ser una formación para el trabajo mayoritariamente orientada para la juventud es un aspecto relevante en las proposiciones de la Organización Internacional del Trabajo en la lucha por el Trabajo Decente.

Palabras clave: Crisis del capital. Trabajo Decente. Educación Profesional.

Introdução

O Trabalho Decente tem assumido lugar central na agenda da Organização Internacional do Trabalho – OIT², como uma das formas de enfrentamento às precárias condições de trabalho e de inserção no próprio mercado de trabalho, e de maneira mais ampla, Organização busca promover o Trabalho Decente como uma das formas de enfrentamento à pobreza.

No atual contexto de crise do capital e regressão de direitos, faz-se mister analisar os rebatimentos desse processo depreciativo do capital no mundo do trabalho. Há ainda, por todo mundo, con-

² A Organização Internacional do Trabalho – OIT, foi criada em 1919, no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial, e desde então vem atuando na defesa dos direitos sociais e trabalhistas dos(as) trabalhadores(as) em todo o mundo.

dições de trabalho análogas à escravidão, inserção precária no mercado de trabalho, desigualdade de gênero e entre outros fatores, que desembocam no atual cenário de desmonte de direitos e fragilização da vida, que pode ser observado a olho nu.

Por este fator, compreende-se que a luta pela promoção do Trabalho Decente nunca foi tão necessária. Para tanto, a OIT estipula, junto às Nações, Agendas estratégicas, nas quais se encontram diretrizes para que cada país possa desenvolver o Trabalho Decente em determinados pontos estratégicos. Dentre estes, a promoção do Trabalho Decente para a juventude se apresenta como um forte mecanismo de desenvolvimento social e econômico pleno aos jovens.

No Brasil, ainda há um quadro negativo, no que diz respeito à inserção dos jovens no mercado de trabalho, o que tem sido fator agravante das condições de vida destes. Neste sentido, no contexto brasileiro, este estudo analisa a Educação Profissional atualmente, em seu período de maior expansão, como um mecanismo que pode ser forte aliado à promoção do Trabalho Decente.

Trata-se, pois, de um ensaio teórico, construído à luz do método materialista histórico-dialético, e teve como principais recursos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental. O estudo também é resultado das aproximações da autora com a educação profissional em uma pesquisa de sua autoria destinada a analisar a assistência estudantil em um Instituto Federal. Em seu primeiro tópico, o texto a seguir abre o debate, traçando o panorama atual da crise do capital e suas implicações no mundo do trabalho. Já o segundo tópico, traz um breve histórico do desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil, apontando algumas mudanças principais ocorridas, e algumas contribuições ao debate da promoção do Trabalho De-

cente junto à Educação Profissional. A reflexão desenvolvida permite apontar a importância da Educação Profissional na promoção do Trabalho Decente, partindo, sobretudo, da perspectiva de garantia de direitos, tão necessária na atual conjuntura de violação e desmonte de direitos.

1 O trabalho em tempos de financeirização e crise do capital

O trabalho é categoria central e fundante das relações sociais neste modo de produção capitalista. Para Marx (1985), em termos gerais, trata-se do processo de transformação que o homem estabelece com a natureza, a fim de transformá-la para satisfação de suas necessidades historicamente determinadas. É, portanto, um processo teleológico que têm objetivos e finalidades racionalizadas antes e durante o contato e a transformação da natureza, e, por este aspecto racional e reflexivo, o trabalho é um elemento propriamente humano.

No desenvolvimento da sociedade capitalista, o trabalho perde seu sentido essencial, e passa a ser assalariado, mediante a venda da força de trabalho dos indivíduos para sua sobrevivência (MARX, 2010). Este aspecto metamorfoseia o trabalho e suas relações, extraindo dele seu real valor, agregando-lhe um preço, o que abre espaço para a subordinação e exploração. Essa fenda historicamente aberta à exploração e mercantilização do trabalho no sistema capitalista alargou-se e aprofundou-se nas últimas décadas, em virtude da atual crise do capital.

Analisar esta crise e seus rebatimentos no mundo do trabalho implica situá-la no histórico de crises do capital, que tem acompanhado esse sistema em todas as suas fases. Mészáros traz a discussão acerca do modo cíclico e contraditório de ser, do capitalismo:

A crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente estrutural. Assim, não há nada de especial em associar capital e crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas com frequência sonhem com (ou ainda, reivindicuem a realização de) exatamente isso. (MÉSZÁROS, 2010, p. 69)

Por este aspecto, observa-se que a atual crise do capital, se mostrou e/ou se mostra, como mais um momento histórico que impulsiona o sistema capitalista a se reinventar na sociedade, através de novas formas de acumulação e legitimação de poder. Para Antunes (2011), esta crise vem sendo gestada desde o século XX, no contexto de transição do modelo de produção fordista para o taylorista, compreendendo, assim, novas formas de organização do trabalho. Este panorama histórico, político e econômico, também serviu de terreno fértil para ascensão do neoliberalismo, que já vinha sendo postulado por Friedrich Hayeck, desde a década de 1940, o qual “se apresenta nas décadas de 1980 e 1990, após a experiência no Chile de Pinochet, como doutrina hegemônica para combater a nova fase de crise capitalista.” (SIQUEIRA, 2013, p. 66).

Em tempos de desigualdade social crescente, como uma característica que pode ser considerada estrutural do projeto neoliberal (HARVEY, 2006), o mundo do trabalho tem sofrido impactos negativos e profundos à sua organização. Antunes (2011) ao elucidar a lógica destrutiva do capital, acentuada nas últimas décadas, destaca como principais efeitos nocivos dessa conjuntura ao mundo do trabalho: a flexibilização, precarização e desregulamentação.

Estes aspectos que vem solapando os sentidos do trabalho aparecem para a sociedade, de modo geral, mascarados sob o discur-

so apologético das novas formas de gestão do trabalho, o qual compreende, para além de vínculos e condições de trabalho precárias, discursos que sustentam e velam a exploração dos trabalhadores, ao permitir uma “inserção mais participativa na organização, deixando de ocupar o lugar de meros executores de tarefas predeterminadas para se tornarem ‘colaboradores’, de quem se espera opiniões e sugestões” (BERNARDO, 2009).

O contexto de precarização do trabalho em que se vive atualmente representa a face mais perversa da crise do capital, ao passo que esta tem destituído direitos dos trabalhadores cotidianamente em sucessivos golpes, fragilizando suas lutas e organizações, aprofundado as desigualdades.

Na contramão deste processo, a Organização Internacional do Trabalho - OIT vem atuando na promoção do Trabalho Decente, o qual é definido pela Organização como:

Um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apóia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social. (OIT, 2006, p. 5)

Neste caso, desde 1999, com a formalização do conceito de Trabalho Decente, a OIT tem trabalhado no combate às precárias condições de trabalho nas quais muitos trabalhadores são submetidos em todo mundo.

Observando a configuração da classe trabalhadora hoje, o aumento do desemprego juvenil vale destacar que um dos principais aspectos tratados pela Organização Internacional do Trabalho no que diz respeito ao Trabalho Decente, é a juventude e sua relação com o mercado de trabalho. O emprego para os jovens é um dos objetivos apontados para a geração de Trabalho Decente, elucidado na XVI Reunião Regional Americana, ocorrida em Brasília/DF, no ano de 2006. Esta reunião definiu uma Agenda Hemisférica para promoção do Trabalho Decente nas Américas 2006-2015.

Com base no estudo *Trabalho Decente e Juventude* (2009) realizado pela OIT, nos marcos do *PREJAL – Promoção do Emprego de Jovens na América Latina* – projeto financiado pelo Governo da Espanha e demais instituições internacionais –, a Organização traçou estratégias para promoção do trabalho decente para a juventude, dentre as quais, ressalta-se a qualificação dos jovens, como aspecto determinante no processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A OIT (2009) estima que um dos fatores que provocam o déficit do trabalho decente juvenil, seja a ausência de qualificação da mão-de-obra jovem. Há, pois, que se problematizar este aspecto, para que esta afirmação não permita que o peso da precarização do trabalho da juventude, recaia sobre os ombros dos próprios jovens, e mais ainda, sobre aqueles em situação de vulnerabilidade social. Organização Internacional do Trabalho elucidada este aspecto, resgatando as iniciativas do Governo Federal brasileiro, das ONGs, e do setor privado.

No Brasil, ao se realizar uma análise mais geral no que diz respeito à juventude e a sua relação com o mercado de trabalho, podem ser elucidados alguns avanços, como a Lei nº 12.097/200 – Lei da Apre-

dizagem e o Programa Nacional do Primeiro Emprego, que, de acordo com o Portal Brasil – Governo Federal (2014), se trata de “um conjunto de ações direcionadas para gerar empregos e preparar os jovens para melhor inserção no mercado de trabalho.” Outro aspecto que não entrou diretamente, mas deve ser ressaltado, é o crescimento exponencial da Rede Federal de Educação Profissional nos últimos anos.

Um ponto positivo acerca da Educação Profissional no Brasil nos últimos anos, é que, no decorrer da história, a concepção de Educação Profissional se altera, em termos legais e curriculares, ganhando aspectos da educação propedêutica, a qual objetiva agora, além de ofertar o ensino técnico profissionalizante, promover também aos discentes outras reflexões sobre o mundo do trabalho, situando esta proposta educacional no campo das análises globais e críticas acerca das relações sociais, culturais e econômicas, numa tentativa de superar o tecnicismo histórico, próprio deste modelo de educação.

A expansão da Educação Profissional implicou significativamente na melhoria da infraestrutura ofertada aos(as) discentes que ingressam nos Institutos atualmente, sendo este um fator relevante, no tocante à oferta de uma formação de qualidade, tanto nos aspectos curriculares quanto nos aspectos materiais, o que torna os Institutos Federais, referências, nacionais e internacionais, no âmbito da educação pública e de qualidade.

Em tempo, é possível aferir que a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil enfrenta atualmente alguns desafios à sua plena execução, conforme preconizam as referências legais. Desafios estes que se materializam desde a complexidade que permeia as relações entre o homem, a educação e o trabalho, sobretudo nos dias atuais, até os desafios à efetiva expansão, universalização, acesso e

permanência dos(as) jovens nas instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Ao destacar a Educação Profissional o presente estudo parte do pressuposto de que nesta modalidade de educação – ressalvadas e preservadas as devidas críticas ao modelo de Educação Profissional historicamente (FRIGOTO, 2010; MOURA, 2007; GRAMSCI, 2001) – há possibilidades e contribuições reais para uma formação humana e cidadã de qualidade e para a promoção do Trabalho Decente para a juventude no Brasil.

2 A Educação Profissional e a formação para o trabalho no Brasil: contribuições ao debate sobre a promoção do trabalho decente

O ensino profissionalizante aparece como demanda da sociedade fabril em meados do século XVI, tendo se fortalecido ao longo dos anos e se institucionalizado no século XIX, no continente europeu, com o objetivo de instrumentalizar a jovem mão-de-obra que operaria as novas máquinas recém inseridas no cenário produtivo. De acordo com Venn (1970) o histórico de desenvolvimento desse modelo de educação remonta, como já mencionado, ao século XVI e tal modelo deriva-se do que se denominava como “ensino vocacional”. Esse ensino, nas ideias do autor, era baseado, a princípio, nas tradições hereditárias familiares que eram passadas informalmente de pais para filhos. Com o passar do tempo, o modo de transmissão desses ensinamentos foi se alterando, acompanhando as mudanças que ocorriam na sociedade.

O desenvolvimento da Educação Profissional despontou no cenário mundial principalmente no estágio de transição do modo

de produção capitalista concorrencial. Para Netto e Braz (2006, p. 171), “aproximadamente a partir da oitava década do século XVIII, configura-se esse novo estágio do capitalismo, o capitalismo concorrencial (também chamado de “liberal” ou “clássico”), que perdurará até o último terço do século XIX”, que posteriormente se configurou no chamado capitalismo monopolista, que durou “entre fins do século XIX, e os primeiros anos do século XX” (NETTO E BRAZ, 2006, p. 179).

No caso do Brasil, os primeiros registros da presença da Educação Profissional ocorrem por meio das Corporações de Ofícios, que se destinavam ao ensino “profissionalizante” da época, ao trabalharem com atividades manuais, como artesanato e outras atividades manufatureiras que exigiam um maior esforço físico. Estas Corporações tinham como público os escravos, que eram designados a atividades braçais, como as de: ferreiro, carpinteiro, tecelão entre outras, enquanto os trabalhadores livres eram destinados ao trabalho intelectual ou outras atividades manuais que não exigissem tanto esforço físico. De acordo com Cunha (2000, p. 90):

Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres.

Havia desde então um recorte de classe nos trabalhos braçais, sendo estes historicamente delegados às classes subalternas da sociedade. O autor pontua ainda, que havia na época uma defesa (apoiada inclusive pelas câmaras municipais) para o não-emprego de escravos e mulatos nos ofícios que lhes eram ensinados nas Corpora-

ções, na perspectiva de “branquear estes ofícios” (CUNHA, 2000, p. 90). Assim, a relação do homem com o trabalho braçal se altera mais uma vez na realidade colonial, considerando que esta ideologia de subalternização do trabalho manual, que objetivava legitimar a cultura escravocrata, desenvolveu outro efeito: o trabalho compulsório às crianças e jovens, sobretudo dos orfanatos.

No início do século XX, já na fase republicana do Brasil, são legalmente instituídas as escolas de educação profissional, então denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices. O presidente à época, Nilo Peçanha, assinou o Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, que “Créa nas capitães dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito” (BRASIL, 1909, p. 1).

A assinatura deste decreto foi um marco legal e histórico para a educação profissional do Brasil. No entanto, é válido ressaltar que uma das motivações veladas para a criação das Escolas de Aprendizes Artífices foi a possibilidade que a sociedade conservadora brasileira viu na educação profissional, de desvio ideológico às inclinações políticas que frutificavam à época, por meio das greves operárias, numerosas e bem articuladas, sendo estas ideias provenientes dos imigrantes que chegavam ao Brasil para compor a “nova” força de trabalho.

A partir de então foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada capital brasileira. Surgiam a partir de então as primeiras escolas da Rede Federal de Educação. Um elemento a ser destacado trata-se do aspecto assistencialista da educação profissional da época tendo, em vista a perspectiva essencial da Educação Profissional, de “amparar crianças órfãs e abandonadas” bem como de “diminuição da criminalidade e da vagabundagem”, conforme explicita o Parecer nº 16/99 - CEB.

Estes aspectos conferiram ao modelo de Educação Profissional um dualismo histórico, entre o ensino para o desenvolvimento intelectual (destinado às elites) e o ensino para o trabalho manufatureiro (designado às classes pobres e “desvalidas”). De acordo com Moura (2007, p. 5),

o que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso.

O dualismo da Educação brasileira, problematizado pelo autor, ocasiona historicamente, impactos no mundo do trabalho no Brasil. A educação propedêutica ainda forma intelectuais, enquanto a formação para o trabalho, forma, muitas vezes, uma mão-de-obra meramente laboral e mais barata, dentro do mercado de trabalho.

Mesmo diante do enraizado dualismo histórico da Educação Brasileira, bem como, do seu desenvolvimento conservador, com vistas à manutenção da ordem social capitalista no país – aspectos estes que ainda se manifestam nos dias atuais –, é possível observar no decorrer do processo de desenvolvimento histórico da Educação Profissional brasileira, aspectos positivos, quando se relevam as principais mudanças ocorridas nesse modelo de educação.

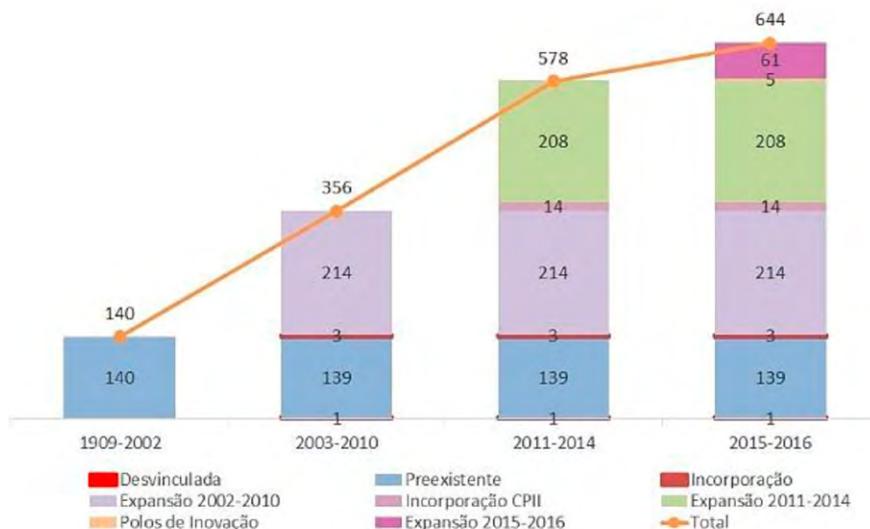
Para a história da Educação Profissional e Tecnológica, a última década tornou-se um período de profundas mudanças, principalmente em virtude da expansão qualitativa e quantitativa dos Institutos Federais. Acerca deste desenvolvimento, o Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que pertence ao Governo Federal, apresenta os seguintes dados:

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL:
UMA CONTRIBUIÇÃO NA EFETIVAÇÃO DO TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE?**

De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. São 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. (BRASIL, 2016)

Apesar deste estudo se ater especificamente aos Institutos Federais de Educação Tecnológica, é válido ressaltar que a Rede Federal é composta ainda por instituições que não fizeram adesão ao modelo de Institutos Federais, mas que ofertam educação profissional em todos os níveis, sendo, portanto: “dois Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica” (BRASIL, 2016). Em termos quantitativos, a expansão dos Institutos Federais pode ser assim visualizada:

Gráfico 1 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016)



Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2016.

A partir da Lei nº 11.892/2008, os CEFETs – Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica passaram a ser Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs. Esta mudança foi proveniente, sobretudo, em virtude da inserção do conceito de Educação Tecnológica à Educação Profissional.

De acordo com Fiala e Aguilar (2015, p. 115), “o surgimento da educação profissional e tecnológica na América Latina advém das necessidades que não eram atendidas pela educação técnica e formação profissional”. Neste sentido, a concepção de educação tecnológica se manifesta como um modelo pedagógico/educacional destinado a ao mundo do trabalho, à gestão de serviços e da produção, bem como às inovações tecnológicas, dotando os alunos (ou a nova mão-de-obra) de saberes que estão para além do ensino técnico/formal e profissional, e mais ainda, preparando-os para as novas configurações do mundo do trabalho.

Nas ideias de Frigotto (2010, p. 33), o sentido essencial da Educação Tecnológica se dá como “base ou fundamento científico das diferentes técnicas e de formação humana no campo social, político e educacional”. Assim, a Educação Tecnológica deve trazer consigo a possibilidade de oportunizar ao seu alunado um conhecimento não só tecnicista, com fins produtivistas, mas um conhecimento de mundo, preferencialmente crítico e analítico.

Observa-se que a inserção desta concepção de Educação Tecnológica surtiu efeitos importantes, os quais puderam ser vistos, entre outros aspectos, nas novas perspectivas adotadas para implementação dos Institutos Federais nos municípios. Essas mudanças podem ser apontadas também como particularidades da concepção de Educação Profissional e Tecnológica, a qual trouxe consigo a am-

pliação da concepção que guiava o ensino profissionalizante federal no Brasil.

No sentido das novas perspectivas que foram adotadas para a implementação dos campi nos municípios, os Institutos Federais são criados com uma nova proposta que os diferencia das demais até então criadas: os Institutos trazem finalidades e características devidamente determinadas no art. 6º da Lei nº 11.892/2008, dentre as quais, para fins deste estudo, ressaltam-se os incisos II e IV do referido artigo, que tratam:

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; [...] IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008)

Observa-se, pois, que os Institutos trabalham numa perspectiva de desenvolvimentos local e regional nos lugares onde são instituídos. O desenvolvimento dos arranjos produtivos locais (APLs) ocorre por meio da oferta de cursos em cada campus, a partir das demandas locais.

Nessa perspectiva, defende Pacheco (2011)

Em sua intervenção, os Institutos Federais devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seus lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Para tanto, o monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência tem grande importância. (PACHECO, 2011, p. 22)

Assim, partindo do pressuposto defendido por Pacheco (2011, p. 21), que o desenvolvimento local, regional e global “não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento”, pode-se considerar os IFs como espaços privilegiados de conhecimento, aprendizagem, produção e transferências de tecnologias que podem melhorar a qualidade de vida da população atendida.

Observa-se, pois, que as alterações ocorridas na Educação Profissional no decorrer dos anos – ressalvadas algumas ponderações – tem contribuído para uma formação não só para o trabalho laboral simples, mas para a sociedade e sua complexa tessitura de relações.

As mudanças elencadas neste estudo não abarcam a complexidade de tudo que se processualizou e alterou historicamente este modelo de educação no Brasil. Entretanto, foram destacadas aqui, juntamente a um breve resgate histórico da Educação Profissional, por compreender que estas mudanças impactaram positivamente o cenário da formação para o trabalho nos últimos anos, tornando-a um terreno fértil à promoção do Trabalho Decente.

Acredita-se também, que o atual contexto de expansão da Educação Profissional no Brasil, aponta caminhos para se pensar uma possível superação de alguns desafios atuais, elencados pela OIT (2006), que se colocam à promoção e efetivação do Trabalho Decente nas Américas, tais como: assegurar que o crescimento econômico promova o trabalho decente; assegurar a aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais no trabalho; gerar maior confiança na democracia e no diálogo social; ampliar e fortalecer os esquemas de prevenção e de proteção social dos trabalhadores; ampliar a inclusão social e no mercado de trabalho para reduzir a desigualdade.

Não se espera com este trabalho, delegar à Educação Profissional, a responsabilidade de promover e efetivar o Trabalho Decente no Brasil, mas, espera-se contribuir com o debate, apontando-a como uma alternativa que, se pensada dentro de uma articulação com outras políticas públicas e sociais, numa perspectiva de garantia de direitos, pode impulsionar significativamente a promoção ao Trabalho Decente e o enfrentamento à pobreza.

Considerações Finais

Este breve ensaio teórico se propôs a contribuir com o debate acerca da promoção do Trabalho Decente no Brasil por meio da Educação Profissional, em tempos de crise do capital. Neste contexto, fazer a discussão sobre a atual crise do sistema capitalista e seus rebatimentos no mundo do trabalho, implica situar o capital em sua forma monopolista e financeirizada, como se observa atualmente, bem como, por outro lado, exige também que sejam pensadas as estratégias de enfrentamento a esse sistema. E foi neste último caminho que este estudo foi pensado.

Quando se problematiza o Trabalho Decente nos dias atuais, é possível observar que este conceito amplia a dimensão de trabalho que se conhece na atual sociabilidade capitalista, compreendendo desde boas condições laborais nos ambientes de trabalho às questões de gênero, migração, seguridade social e entre outras.

Portanto, ressalta-se que quando se pensa a Educação Profissional como alternativa à promoção do Trabalho Decente, está se pensando na garantia de direitos, tanto à educação quanto a um trabalho digno, podendo ser uma via de contribuição dupla ao cenário que se almeja alcançar.

Mesmo diante de uma educação que ainda permanece dualista, em que a formação para o trabalho é destinada à classe trabalhadora, e a educação clássica e propedêutica permanece voltada àquelas(es) que conseguem acessar o ensino universitário, destaca-se neste estudo a importância da Educação Profissional – que mesmo situada, dentro desse dualismo, no âmbito da Educação para o trabalho e tem isso como uma particularidade –, que sintetiza hoje, uma possibilidade concreta de acesso das camadas populares, e em especial, a juventude brasileira, à educação profissional pública e de qualidade, que não apenas forma para o mercado de trabalho, mas traz em seu escopo, atualmente, aspectos importantes da educação propedêutica, o que qualifica ainda mais esse modelo educacional, bem como, quem o acessa.

Assim, construção desses debates, fortalecendo as estratégias de enfrentamento – como as proposições das Agendas elaboradas pela Organização Internacional do Trabalho – permite caminhar na contramão do processo de crise do capital, precarização do trabalho e desmonte de direitos que se vive atualmente.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNARDO, Marcia Hespanhol. *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toytismo a partir da vivência dos trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BRASIL. *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*: Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro: 1909. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 17 nov. 2016.

BRASIL. *Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008*: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 19 nov. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CNE nº 16/99 – CEB* – Aprovado em 5.10.99: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf. Acesso em: 18 nov. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In.: *Revista Brasileira de Educação*. nº 14. São Paulo, maio/jun./jul./ ago. 2000.

FIALA, Diane Andreia de Souza; AGUILAR, Luiz Enrique. Resultado das Pesquisas Iniciais sobre a Educação Tecnológica na América Latina. In.: *Educação Profissional e Tecnológica: perspectivas e experiências*. Sueli Soares dos Santos Batista; Emerson Freire (Orgs.). Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In.: *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Jaqueline Moll e colaboradores; Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41.

HARVEY, David. Liberdade é apenas mais uma palavra.... *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2006. Pág. 15-47

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: Adam Smith e a idéia do Trabalho Produtivo*. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, István. *Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Expansão da Rede Federal de Educação*. Brasília: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2016. Disponível em: <http://rededefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 17 nov. 2016.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. In.: *Holos*, ano 23, Vol. 2. Natal: 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho Decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015*. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/pub/agenda_hemisferica_303.pdf. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____. *Trabalho Decente e Juventude no Brasil*. [Brasília]: OIT, 2009. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf. Acesso em: 16 nov. 2016.

PACHECO, Eliezer. *Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

PORTAL BRASIL. *Programas capacitam e dão acesso ao mercado de trabalho*. Brasília: Governo Federal, 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/04/programas-capacitam-e-dao-acesso-ao-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SIQUEIRA, Luana. *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

VENN, Grant. Desenvolvimento do Ensino Vocacional e Técnico. In.: *O Homem, a Educação e o Trabalho*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – MEC, 1970.